

permitiu análises e comparações entre cenóbios, complementadas através do recurso a trabalhos já realizados para outros espaços monásticos. Nas exposições e interpretações, as autoras não descuraram o uso frequente de gráficos e quadros que tornaram as matérias mais inteligíveis. O mesmo se pode afirmar em relação aos índices e ao glossário. A iconografia utilizada é rica e variada e constitui um polo de interesse que em muito valoriza a obra.

Em suma, estamos perante um trabalho original, que segue as metodologias adequadas, escrito de forma clara com recurso a fontes e bibliografia diversas permitindo um conhecimento aprofundado do regime alimentar dos monges de Tibães. Um saboroso e succulento livro que vem enriquecer a bibliografia portuguesa sobre história da alimentação.

*Fundo arquivístico da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Silves:  
arquivo paroquial.*

Textos de Maria Eulina Ribeiro, Maria Luísa Pereira e Vera Inês Gonçalves. [Silves]:  
Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, Câmara Municipal, 2011. 48 p.

PAULO GONÇALVES

Foi com agrado que tomámos conhecimento do tratamento do arquivo paroquial de Silves. São tantos os arquivos paroquiais por todo o país e tão poucos os que tem sido objeto de tratamento científico! Por isso, saudamos os técnicos de arquivo que executaram o trabalho e as entidades que criaram as condições para que ele pudesse ser realizado. Merecem também aplauso pela relevância conferida a esta intervenção ao divulgá-la em conferências, bem como publicando o instrumento de descrição que iremos estudar nesta recensão.

A publicação está estruturada nas seguintes partes: Prefácio, Mensagem do Pároco, Mensagem da Presidente da Autarquia, Apresentação, Identificação, A Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Silves, O fundo documental da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Silves, Os fundos de associações religiosas, Conclusões, Fundos da Paróquia, Protocolo assinado entre o Município e a Paróquia, Fontes e Bibliografia.

No prefácio, João Sabóia, Diretor do Arquivo Distrital de Faro, refere a preocupação da Igreja com os documentos, citando a nota da Conferência Episcopal de 1993, as normas do Concílio de Trento, as Constituições Sinodais do Bispado do Algarve assim como as fiscalizações efetuadas durante as visitas. Em seguida indica os estudos e o tratamento de outros arquivos paroquiais do Algarve. Depois de reparar de passagem na inexistência de trabalhos sobre os arquivos das misericórdias desta região, sublinha o grande significado que reveste o tratamento do Arquivo da Paróquia de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Conceição e caracteriza sinteticamente o acervo documental destacando os documentos mais importantes.

O P. Carlos Aquino afirma que os arquivos são memória viva e identitária da Igreja local e voz da fé. Agradece em nome da comunidade cristã a todos os que tornaram possível o presente trabalho.

---

Maria Isabel da Silva Soares, Presidente da Câmara Municipal de Silves, destaca a preocupação do Município com a preservação e divulgação das riquezas culturais situadas no respetivo território e nota que poucos são os arquivos paroquiais organizados de forma profissional e segundo regras científicas.

Na “Apresentação” é narrado o processo que levou à realização desta intervenção, para o qual foi subscrito um protocolo de cooperação entre a Paróquia e a Câmara Municipal.

Na parte designada “Identificação” é referido o local onde se encontrava o fundo documental, as dimensões, datas extremas e o estado de conservação. Descrevem-se os trabalhos de identificação e separação do acervo arquivístico e do acervo bibliográfico, indicam-se as normas usadas na descrição (ISAD’G e ISAAR) e a aplicação informática utilizada para a produção do inventário (DIGITARQ).

Na secção intitulada “A Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Silves” é apresentada a história institucional da paróquia, um trabalho arquivístico importante e fundamental para todas as operações seguintes, organização e descrição. A este propósito, certos teóricos, para acentuar a importância desta fase do trabalho, chegam a afirmar, com exagero destinado a reforçar a expressividade, que uma vez elaborada a história institucional já está feito o inventário, sendo desnecessárias as descrições das séries e as listas de documentos.

Em “O fundo documental da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Silves” os autores caracterizam pormenorizadamente a documentação, referindo datas, dimensões e o contexto jurídico e administrativo em que foi produzida.

Na parte intitulada “Os fundos das Associações Religiosas” são elencados os treze fundos de associações, confrarias e irmandades, com as datas extremas e uma breve caracterização de aspetos mais relevantes da respetiva documentação.

Nas conclusões enfatiza-se a riqueza da informação histórica do arquivo e o valor desta para investigações em diversas áreas do conhecimento. Por essa razão os autores apelam à reflexão sobre a importância da conservação e valorização dos arquivos da Igreja. Por último sugerem a realização de ações de divulgação desta documentação.

Embora possam ser considerados aspetos secundários, são de registar: pequenos lapsos como na nota 8 da pág. 6, onde referindo os Anais do Município de Faro falta o número do vol., que é o XXVI e tem a data errada 1999 por 1996 (na bibliografia está correto); a provável queda de alguma palavra que torna o texto pouco claro na linha 20 da pág. 13; a gralha na pontuação na linha 27 da pág. 21; a ordem incorreta das palavras na pág. 27; a repetição desnecessária de “e que” na pág. 33; e a falta de um “d” no articulado do protocolo (parágrafo único da cláusula primeira). O texto segue o novo acordo ortográfico até à pág. 27 e a partir daí até ao fim aplica as normas ortográficas prévias ao Acordo.

A apresentação gráfica do livro é de bom gosto e está enriquecida com reproduções de documentos e gravuras, o que torna este instrumento de descrição um objeto agradável e belo. No entanto gostaríamos que tivessem sido também reproduzidos documentos mais recentes. Além de todos os documentos serem importantes (o arquivo vale pelo conjunto) devem ser desfeitas aquelas representações erradas do senso comum, que veem os arquivos como conjuntos constituídos só por documentos muito antigos e valorizados por critérios não arquivísticos.

Ao longo deste trabalho o conceito de “fundo” é, por vezes, usado de forma imprecisa e contraditória. O título apresentado na capa diz: “Fundo arquivístico da Paróquia de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> de Silves”, enquanto na pág. 1 está escrito: “Memórias escondidas. Fundo arquivístico da Sé Catedral de Silves” na pág. 14: “O fundo do Arquivo Paroquial de Silves”, e na mesma pág. 14: “separação do fundo

bibliográfico.” No primeiro caso pensamos que está errado, pois as paróquias nunca produzem um só fundo, no segundo a existir um fundo da Sé Catedral de Silves ele não é objeto deste trabalho e supomos que uma Sé produzirá também vários fundos. No terceiro exemplo aparece o mesmo erro do primeiro exemplo e no quarto caso é errado dizer fundo bibliográfico, pois o conceito de fundo deve ser reservado aos arquivos, sendo mais correto dizer coleção bibliográfica. No entanto, o conceito de fundo é corretamente usado em vários outros passos da obra, nomeadamente quanto à sua identificação e articulação com outros conceitos, tal como na pág. 25; “A documentação de arquivo da Paróquia ... é um conjunto diversificado. Nela foram identificados diversos fundos”, ou por exemplo nas pág. 30 a 40 ocupadas pela descrição das séries. As paróquias produzem habitualmente vários fundos, devido tanto aos acontecimentos históricos que alteram o macro sistema político, social e geográfico onde se inserem, como também devido às iniciativas de associativismo religioso dos paroquianos. Por isso mesmo cada uma terá um quadro de classificação próprio e diferente das outras. O arquivista poderá optar por no arquivo de cada paróquia manter os fundos por ordem cronológica, ou reuni-los em grupos de fundos. Poderia também usar um modelo sistémico, conforme a proposta de Silva e Ribeiro, mas infelizmente neste caso era claramente impossível enveredar por essa opção, devido à falta de tempo e mais ainda ao facto de esta proposta não ter sido objeto de quase nenhuma aplicação e de pouca reflexão, a nível técnico, sobre a sua aplicação.

O texto com o título de “Identificação” nas pág. 14 e 15, é omissivo quanto aos critérios usados para delimitar o acervo documental que foi objeto da intervenção. A data extrema do conjunto documental, composto por livros, é 2006 e a dos documentos avulsos é 1958! De certeza que a paróquia continuou e continua a produzir documentos em diversos suportes, mas nada nos é dito sobre os motivos que levaram a escolher as referidas datas, nem sobre as características da documentação que não foi tratada. Ora os mais eminentes teóricos concordam que para intervir num acervo documental, quando é necessário estabelecer um corte, se deve sempre conhecer e estudar toda a documentação e caracterizá-la, pois o arquivo é um todo indivisível. Deveria igualmente ter sido incluído neste trabalho a referência à documentação que não foi possível aproveitar devido ao elevado estado de degradação, conforme veio a ser revelado em comunicação ao *workshop* “Arquivos Paroquiais: projetos de organização e difusão”, realizado a 9 de março de 2012 em Lisboa. Os autores referem também que identificaram cerca de uma centena de livros que foram catalogados. Temos pena que esse catálogo não tenha sido divulgado nesta publicação. Os livros e publicações periódicas existentes nas paróquias têm uma forte relação com o acervo arquivístico, uma relação sistémica.

Neste ponto é necessário abordar a principal questão que se colocou aos arquivistas encarregues de tratar o acervo documental, pois a forma como a resolveram condicionou os passos seguintes e o produto final que nos apresentam. A questão era: como proceder para tratar um acervo documental em muito mau estado e desorganizado, produzido por uma entidade de que se desconhece a história institucional, tudo isto num período de tempo muito curto. A história institucional elaborada é muito incompleta e não contém quase nenhuma informação sobre o período temporal em que foi produzida a maior parte da documentação, o que é reconhecido pelos próprios autores na pág. 20. A consequência deste facto é ser impossível avançar para a organização de um arquivo e a elaboração de um inventário nestas situações. Mas será que não se deve fazer nada à espera de melhores condições? O que nós sugerimos como solução mais adequada é elaborar um levantamento das unidades de instalação com descrições sintéticas do conteúdo de cada uma e apresentá-las pela ordem em que estavam no momento da intervenção,

---

de seguida proceder à higienização e reacondicionamento da documentação tendo o cuidado de recolher ou conservar todos os sinais das componentes das unidades de instalação que for necessário substituir. O instrumento de descrição assim elaborado serve já de controlo e de meio de acesso à documentação e esta fica em boas condições de conservação. Num outro momento posterior quando for possível reunir os meios humanos e financeiros assim como o tempo necessário, será feito um estudo da história institucional com recurso à informação contida na própria documentação e em todas as outras fontes que for possível consultar, nomeadamente entrevistas com leigos e com os párocos tanto o atual como os anteriores. Realizado este trabalho será possível construir um quadro de classificação, adaptado à estrutura e história da paróquia.

A tentativa de elaborar um inventário sem conhecer a história da instituição que produziu a documentação conduz forçosamente a resultados dececionantes, nomeadamente construindo uma representação do arquivo que quebra a relação orgânica entre a instituição produtora e a documentação por ela produzida. O quadro de classificação é pré-definido, tendo sido criado para outras paróquias, nomeadamente para a de S. Pedro de Faro e tendo sido posteriormente usado para o tratamento do arquivo de uma paróquia em Oeiras. No caso em apreço as secções não são descritas, por isso não sabemos como foram formadas, mas parece que servem apenas para arrumar a documentação, solução já lamentada por Lucília Runa. Nas séries, o campo “Âmbito e Conteúdo” tem descrições excessivamente resumidas, pois repetem apenas a informação que consta nos títulos, por isso pouco esclarecedoras (SR005 Distribuição – Livros das distribuições da Paróquia). Existe documentação ao nível de subsérie (SR007-001 Fábrica da Paróquia, SR007-002 Junta da Paróquia) que devia integrar uma secção ou mesmo um fundo que não existem. No Fundo da Paróquia, pág. 30, provavelmente por lapso, está “História Administrativa ou Biográfica”, onde devia estar “Âmbito e Conteúdo” pois as informações que aí constam correspondem a este campo previsto na ISAD’G. Este lapso repete-se nalguns fundos das Associações Religiosas. Pensamos que seria melhor que os fundos das associações fossem numerados. Finalmente notamos que tanto no corpo da obra como na bibliografia nunca é identificado o código de direito canónico a que se referem os autores, pensamos que é sempre o de 1983, atualmente em vigor, mas também seria necessário consultar o Código anterior, de 1917, pois parte importante da documentação foi produzida durante a sua vigência. Ainda que as autoras estivessem condicionadas pelo prazo muito curto, foi empobrecedor para este trabalho não terem tido em conta as ODA – *Orientações para a descrição arquivística* e o documento da Pontificia Comissão para os Bens Culturais da Igreja, publicado em 1997, *A função pastoral dos arquivos eclesiais*.

Porque são muito raros os casos de tratamento arquivístico de acervos documentais de instituições da Igreja e ainda mais acompanhados de ações de divulgação e da publicação dos instrumentos de descrição, consideramos de grande interesse e valor a realização deste projeto, por isso, *legimus et perlegimus maxima cura ac studio*. As nossas críticas partem da visão da Arquivística como uma disciplina científica, baseada numa dialética entre a elaboração teórica e os procedimentos técnicos, que leva ao aperfeiçoamento das intervenções práticas nos arquivos e ao aumento da qualidade dos resultados obtidos.

Renovamos as saudações a todos os intervenientes que tornaram possível a realização do projeto e em especial às colegas de profissão que executaram o trabalho – que nós por longa experiência sabemos difícil e ingrato, de tal maneira que muitos técnicos se recusam a executá-lo – possibilitando a salvaguarda de um património arquivístico em perigo, facto que se apresenta como o aspeto mais positivo desta intervenção.